

MARCO CIVIL DA INTERNET

LIBERDADE E RESPONSABILIDADE

NAS REDES SOCIAIS

Evento realizado por:

Apoio:



associação
brasileira de
jurimetria



ndtj⁺



A Lei nº 12.965/2014, denominada **Marco Civil da Internet (MCI)**, estabelece, de acordo com seu próprio texto, "**princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil**".

- Destaca-se especialmente o art. 19, que discorre sobre o regime de responsabilização dos provedores de aplicações por conteúdo de terceiros, gerado por seus usuários.
- O dispositivo segue a lógica de que, como regra, o autor do conteúdo é quem deve responder pelos eventuais danos que causar.
 - Provedores devem ser responsabilizados se deixarem de cumprir tempestivamente ordens judiciais.

MCI

ART. 19

Art. 19. Com o intuito de assegurar a liberdade de expressão e impedir a censura, o provedor de aplicações de internet somente poderá ser responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros se, após ordem judicial específica, não tomar as providências para, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço e dentro do prazo assinalado, tornar indisponível o conteúdo apontado como infringente, ressalvadas as disposições legais em contrário.

§ 1º A ordem judicial de que trata o caput deverá conter, sob pena de nulidade, identificação clara e específica do conteúdo apontado como infringente, que permita a localização inequívoca do material.

§ 2º A aplicação do disposto neste artigo para infrações a direitos de autor ou a direitos conexos depende de previsão legal específica, que deverá respeitar a liberdade de expressão e demais garantias previstas no art. 5º da Constituição Federal.

...

No estudo, encontramos um **crescimento** do número de ações relacionadas à remoção de conteúdo gerado por terceiros antes do MCI.

No art. 19, o MCI pretende mitigar este cenário de insegurança ao vincular a responsabilização do provedor com a desobediência a ordem judicial, sem prejuízo de responsabilização civil do autor do material ofensivo.



Fonte
Dados: TJSP, TJRJ, TJRS, TJMS, TJBA .
Gráfico: Terranova Consultoria Ltda.

metodologia

Há diversos **fatores externos** que podem interferir na efetivação dos objetivos do Marco Civil.

Dentre esses fatores encontram-se a **expansão da internet** no Brasil e a introdução do **processo judicial eletrônico**.

Utilizamos métodos capazes de **isolar** os efeitos dos fatores exógenos e apresentar uma visão holística da aplicação prática do Marco Civil.



dados

Dados internos disponibilizados pela **Google Brasil** (ações judiciais propostas contra a Google Brasil por conta de conteúdo disponibilizado na plataforma YouTube, distribuídas no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo).

Dados externos (públicos) de cinco tribunais estaduais: TJSP, TJRJ, TJRS, TJMS e TJBA

base de dados

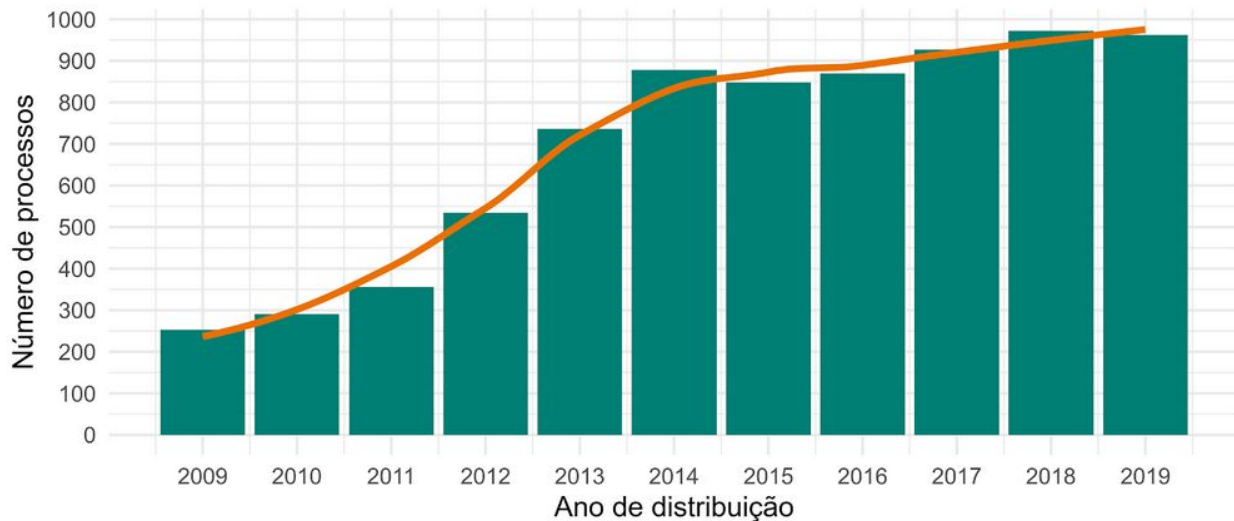
Base 1: Dados de processos relacionados ao YouTube (fornecidos pela Google)

Base 2: Dados do judiciário

- Recorte regional: TJSP, TJRJ, TJRS, TJMS, TJBA.
- Processos distribuídos a partir de 2010
- Envolvendo diversas empresas (Facebook, Google etc)
- Tema envolvendo remoção de conteúdo gerado por terceiro

Volume de processos

O advento do Marco Civil evitou o crescimento desordenado das demandas judiciais relacionadas à remoção de conteúdo?



Fonte:
Dados: TJSP, TJRJ, TJRS, TJMS, TJBA .
Gráfico: Terranova Consultoria Ltda.

Volume esperado de processos

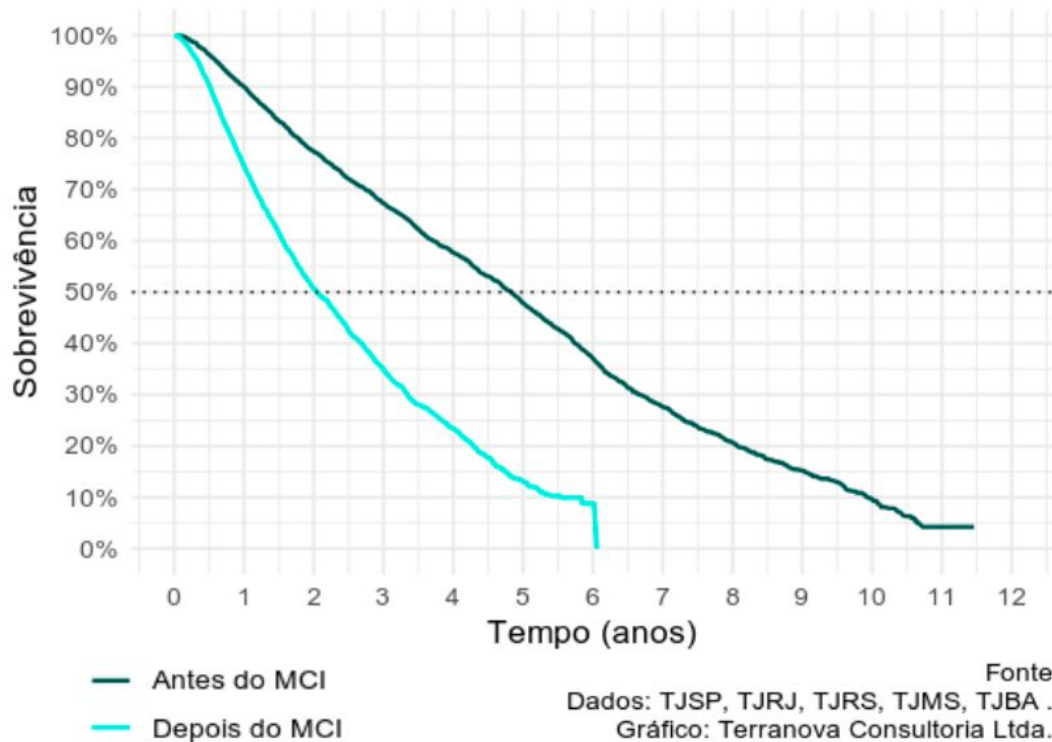
O advento do Marco Civil evitou o crescimento desordenado das demandas judiciais relacionadas à remoção de conteúdo?



Fonte
Dados: Google Brasil Internet Ltda.
Gráfico: Terranova Consultoria Ltda.

Tempos

O advento do Marco Civil reduziu o tempo de duração dos processos judiciais, contribuindo para a satisfação mais célere dos direitos envolvidos?



Tempo ao longo dos anos

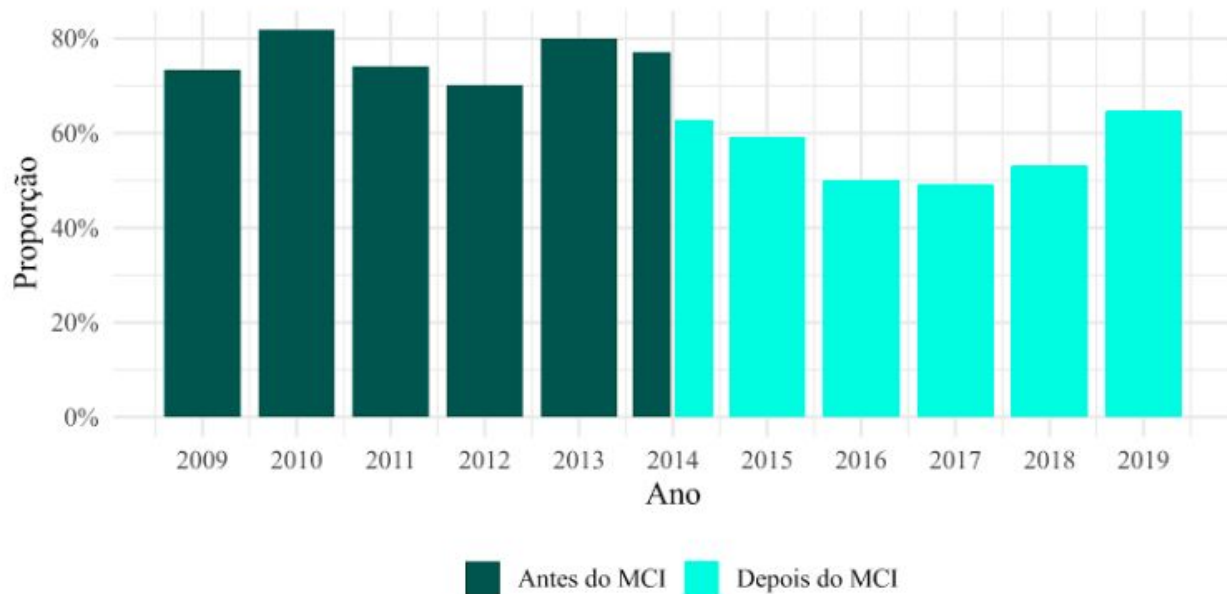
O advento do Marco Civil reduziu o tempo de duração dos processos judiciais, contribuindo para a satisfação mais célere dos direitos envolvidos?



Fonte
Dados: Google Brasil Internet Ltda.
Modelo/Gráfico: Terranova Consultoria Ltda.

Recorribilidade

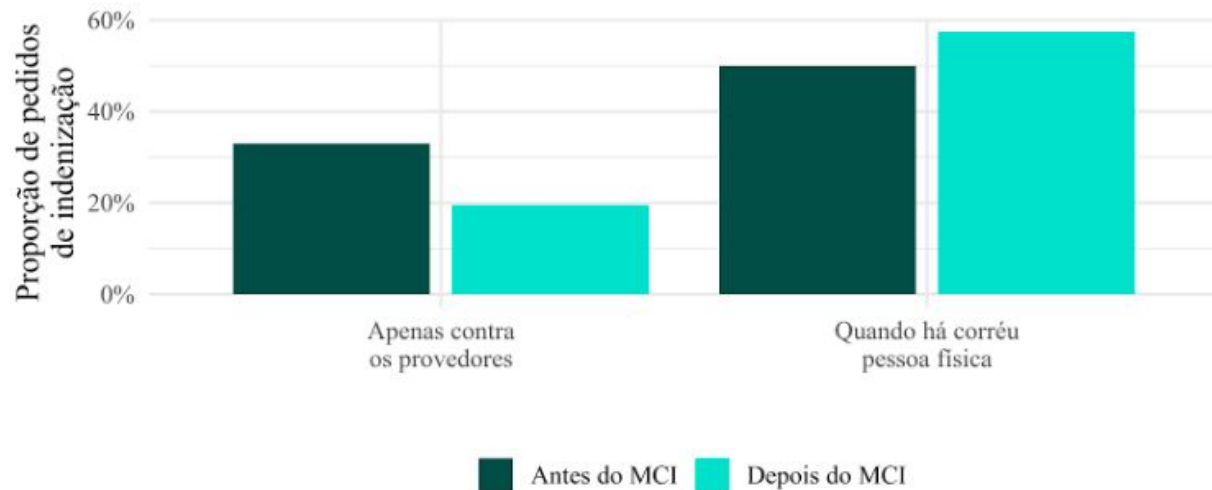
O advento do Marco Civil reduziu a proporção de recursos interpostos?



Fonte
Dados: Google Brasil Internet Ltda.
Gráfico: Terranova Consultoria Ltda.

Tipo de ação

O advento do Marco Civil prejudicou a reparação das vítimas de conteúdo reputado ilícito?



Fonte:
Dados: Google Brasil Internet Ltda.
Gráfico: Terranova Consultoria Ltda.

ART. 19 DO MARCO CIVIL DA INTERNET: SEGURANÇA JURÍDICA E EFICIÊNCIA NA SOLUÇÃO DOS CONFLITOS NA INTERNET



O novo regime legal não dificultou a remoção de conteúdo da internet, nem gerou um aumento da judicialização. Pelo contrário, ao racionalizar o sistema, estabilizou a quantidade de ações e diminuiu seu tempo de tramitação, permitindo que o Judiciário se concentre nos casos difíceis e que as respostas sejam mais rápidas

O QUE É O ESTUDO

• O estudo de **jurimetria** avaliou o impacto do Marco Civil da Internet sobre a litigiosidade em torno da remoção de conteúdo na internet, com objetivo de contribuir para a discussão, no Supremo Tribunal Federal, sobre o regime de responsabilização civil dos provedores de aplicações de internet por conteúdo gerado pelos usuários (Temas de Repercussão Geral nºs 533 e 987)



COMO O ESTUDO FOI FEITO

11 ANOS DE DADOS DO YOUTUBE

Para a primeira análise, foram estudadas **729 ações** de remoção de conteúdo do **YouTube** ajuizadas no Estado de SP (2009 e 2019)



VALIDAÇÃO COM DADOS PÚBLICOS

Com o objetivo de validar os resultados obtidos na base de dados interna e verificar sua representatividade no volume geral de ações, a **Terranova**, consultoria estatística especializada em **jurimetria**, também coletou, estruturou e analisou mais de **8.000 ações de mesma natureza** dos principais provedores de aplicação do país provenientes de cinco tribunais estaduais

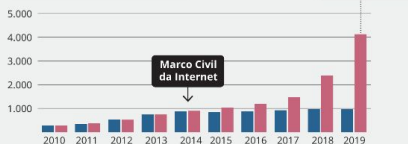
✓ Os modelos estatísticos e análises realizadas mostraram que os dados do YouTube **são representativos**, que os **resultados são consistentes** em ambas as bases e que **não levam a conclusões contraditórias**

RESULTADOS: ART. 19 MARCO CIVIL É EXEMPLO DE IMPACTO REGULATÓRIO POSITIVO

MENOS AÇÕES JUDICIAIS

O Marco Civil **evitou mais de cinco mil novas demandas** judiciais ao longo dos últimos 5 anos, nos tribunais mapeados no estudo de jurimetria

■ O que aconteceu ■ Esperado



APLICAÇÃO EFICIENTE DE POLÍTICAS CONTRA CONTEÚDO NOCIVO

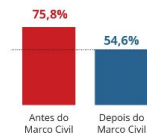
✓ A racionalização não afastou a tutela jurídica. Seguindo tendências modernas na administração da justiça, a vigência do Marco Civil veio acompanhada de maior eficiência nos mecanismos extrajudiciais. Os provedores de aplicação têm removido mais conteúdo tóxico, permitindo que o Judiciário se concentre nos casos difíceis que envolvem a ponderação elaborada de direitos fundamentais

✓ Os usuários têm acesso a ferramentas cada vez mais eficientes para a remoção de conteúdo enganoso ou nocivo, como discurso de ódio, violento ou abusivo. Só no YouTube, a quantidade de remoções extrajudiciais aumentou, em média, em cerca de **10% por ano**

O volume esperado de ações foi estimado com base em modelos estatísticos que levaram em consideração a evolução histórica do número de casos e características sociais, como o acesso à internet e volume de usuários

MAIS SEGURANÇA JURÍDICA, MENOS RECURSOS

TAXA DE RECORRIBILIDADE



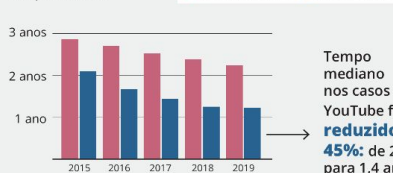
SOLUÇÕES MAIS RÁPIDAS

• O estudo identificou uma **tendência generalizada de redução no tempo** de duração dos processos judiciais nos últimos anos como consequência do aumento da eficiência do Poder Judiciário

• Em especial, nos casos envolvendo o YouTube, essa redução foi ainda mais significativa, alcançando o patamar de 45%. Isso ocorreu em razão do **maior grau de segurança jurídica produzido pelo art. 19 do Marco Civil da Internet** e da redução expressiva na taxa de recorribilidade nas ações envolvendo o YouTube



Tempo mediano



CONCLUSÕES

Os resultados alcançados pelo estudo de jurimetria confirmam que o artigo 19 do Marco Civil da Internet produziu os impactos positivos desejados pelo legislador

- » Prevenção de aproximadamente **6.000** conflitos ao longo dos últimos **5 anos**
- » Queda de até **45%** no tempo de duração dos processos
- » Expressiva **queda na taxa de recorribilidade**

O Marco Civil atingiu as principais metas que se espera de uma reforma legislativa de um sistema que envolve o delicado equilíbrio entre direitos individuais e liberdades públicas: **incentivou a desjudicialização sem restringir direitos**, preveniu litígios frívolos e tornou as ações judiciais remanescentes mais rápidas e efetivas

MARCO CIVIL DA INTERNET

LIBERDADE E RESPONSABILIDADE

NAS REDES SOCIAIS

Evento realizado por:

Apoio:



associação
brasileira de
jurimetria



ndtj⁺

